



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo no 10820.000787/92-29

2.º PUBLICADO NO D. O. U.  
C DE 19.04.1994  
C   
C Rúbrica

**Sessão de:** 25 de agosto de 1993 **ACORDÃO Nº:** 203-00.630  
**Recurso nº:** 91008  
**Recorrente:** COLOR VISÃO DO BRASIL INDÚSTRIA AGRÍCOLA LTDA.  
**Recorrida:** DRE EM ARACATUBA - SP

**FINSOCIAL-FATURAMENTO** - ARQUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE - MATERIA PRIVATIVA DO PODER JUDICIÁRIO - Falece competência aos Conselhos e tribunais administrativos decidirem sobre a constitucionalidade ou ilegalidade de norma vigente, posto tratar-se de matéria privativa do Poder Judiciário. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COLOR VISÃO DO BRASIL INDUSTRIA AGRICOLA LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1993.

OSVALDO GOMES DE SOUZA — Presidente

FIGURE WASTLEWSKI - Relator

RODRIGO DARDEAU VIEIRA - Procurador-Representante  
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSAO DE 22 OUT 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

al/cf/gb



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° 10820.000787/92-29

Recurso N°: 91008

Acórdão N°: 203-00.630

Recorrente: COLOR VISÃO DO BRASIL INDÚSTRIA AGRÍCOLA LTDA.

**R E L A T O R I O**

Examinar-se recurso contra a Decisão de fls. 12/13, do Delegado da Receita da Federal em Araçatuba que julgou procedente o lançamento consubstanciado no Auto de Infração de fls. 01/02.

Em conformidade com o referido auto de infração, exige-se da empresa acima identificada a contribuição ao FINSOCIAL, no montante de 164.965,50 UFIR, por ter sido verificado, pela fiscalização, que a contribuinte deixou de efetuar os recolhimentos mensais da referida contribuição, com base na receita bruta das vendas de mercadorias e serviços de qualquer natureza, relativamente aos meses de janeiro a março de 1992. Fundamenta-se a exigência no artigo 1º do Decreto-Lei nº 1940/82, no artigo 22 do Decreto-Lei nº 2397/87, nos artigos 7º e 21 da Lei nº 7787/89, no artigo 1º da Lei nº 7894/89, ADN 22/89, PN/CST 26/29 e prestadoras de serviços, no artigo 28 da Lei nº 7738/89, IN/SRF 41/89 e no artigo 13 da Lei Complementar nº 70/91.

Impugnando o feito, tempestivamente, às fls. 07/09, a autuada tece considerações sobre as divergências doutrinárias e jurisprudenciais relativas à contribuição do FINSOCIAL, cita o artigo 56 das Disposições Transitórias e os artigos 154 e 159 da parte permanente da nova Constituição Federal, menciona a Lei nº 7.689/89 e conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência constante do auto de infração.

Na Informação Fiscal de fls. 11, o autuante opina pela manutenção integral da exigência, uma vez que não cabe à área administrativa discutir sobre a constitucionalidade ou não dos tributos e contribuições federais.

Consta, às 12 e 13, a Decisão nº 10820/399/92, prolatada em primeira instância administrativa, onde a autoridade julgadora determina a manutenção do lançamento consubstanciado no Auto de Infração de fls 01/02, ementando assim sua decisão:

"CONSTITUCIONALIDADE E/OU LEGALIDADE DA COBRANÇA DO FINSOCIAL. A constitucionalidade e/ou legalidade da cobrança do FINSOCIAL /FATURAMENTO é matéria que deve ser discutida no âmbito judicial, jamais no administrativo."



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10820.000787/92-29  
Acórdão no 203-00.630

Inconformada, recorre a autuada, tempestivamente, a este Conselho (fls 18/21), reiterando as argumentações expendidas na peça impugnatória e aduzindo, ainda, que o que se discute no presente processo não é a constitucionalidade ou não da lei, mas sim a possibilidade de se exigir o tributo cuja existência foi declarada inconstitucional. Finaliza a recorrente, requerendo a suspensão da exigência do crédito tributário até que o Supremo Tribunal Federal resolva definitivamente a controvérsia.

E o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be in cursive script, is placed here. It is a standard professional signature, likely belonging to a member of the ministry's staff.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10820.000787/92-29

Acórdão no 203-00.630

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI**

O recurso, assim como a impugnação, permaneceu no campo das alegações relativas à constitucionalidade e/ou ilegalidade do FINSOCIAL.

Destarte, como a análise de tais argüições é privativa do Poder Judiciário, falece competência a este Colegiado para decidir sobre a matéria.

Diante do exposto e do mais que consta dos autos, conheço do recurso e nego-lhe provimento para manter íntegra a decisão recorrida.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1993.

MAURO WASILEWSKI